

No comando da COP30, Brasil precisa de regulação exemplar¹

A presidência brasileira da COP30 propôs ao mundo um “mutirão” para enfrentar a crise climática, mas o apelo parece não ter sensibilizado parte do Congresso e os Estados. A seis meses da cúpula em Belém, a Câmara e o Senado acumulam propostas que vão na contramão da preservação do meio ambiente. Os Estados não avançaram na validação do Cadastro Ambiental Rural (CAR), o que facilita muito a grilagem e o desmatamento, especialmente na Amazônia. A falta de unidade nacional pode enfraquecer a posição do governo nas negociações, já dificultadas pelas contradições ambientais do Palácio do Palácio e pelo cenário internacional conflagrado por Donald Trump, um negacionista no comando da maior economia mundial e a segunda em emissões de CO2.

Levantamento realizado pela Rede Pró-UC (**Valor**, 14/4) mostrou que há pelo menos 27 projetos de lei em tramitação - 13 deles no Senado e 14 na Câmara - propondo a extinção, a redução ou a recategorização de unidades de conservação. Uma das áreas ameaçadas é a Reserva Biológica (Rebio) da Serra do Cachimbo, no Pará, que receberá delegações de todo o mundo para a cúpula climática. Projetos dos senadores Zequinha Marinho (Podemos-PA) e Nelson Barbudo (PL-MT) querem transformar partes da Rebio, cujas regras para uso de recursos naturais são mais restritivas, em Parque Nacional e em áreas de proteção ambiental (APA), com normas mais flexíveis. Outra proposta, da deputada federal Geovania de Sá (PSDB-SC), pede a extinção da APA da Baleia Franca, em Santa Catarina.

A tentativa de revisar e diminuir espaços de preservação é conhecida de longa data por ambientalistas, que o batizaram com a sigla PADD (Protected Area Downgrading, Downsizing and Degazettement, em inglês). No Brasil, um dos casos mais emblemáticos de profusão de PADDs envolve a Amazônia Legal. Segundo levantamento do InfoAmazonia, a região perdeu 87.591 km² de áreas protegidas de 2000 a 2024, o equivalente a 57 cidades de São Paulo, em processo que envolveu pelo menos 60 alterações na legislação. Outros sete projetos, em tramitação no Senado ou sob análise na Justiça, ameaçam mais 13.488 km² - área nove vezes maior do que a ocupada pela capital paulista.

Não só o avanço dos PADDs pode criar uma saia justa para o governo às vésperas da COP. Outros projetos antiambientais aprovados pela Câmara e sob análise do Senado estão entre as prioridades do ano e podem prejudicar a imagem do país. A Lei Geral de Licenciamento, amplamente criticada por especialistas, afrouxa regras e criaria no país um cenário de insegurança jurídica que atrapalharia novos empreendimentos e negócios. Já a proposta de regularização fundiária, se não for modificada, abre brechas que podem facilitar a grilagem de terras e o desmatamento ilegal. Também devem avançar as discussões sobre as obras da BR-319, defendidas pelo presidente Lula e questionadas por ambientalistas, que alertam para risco de destruição da biodiversidade em áreas ainda intocadas ao sul da Amazônia.

¹ Editorial publicado em Valor Econômico. Disponível em:

<https://valor.globo.com/opiniao/noticia/2025/05/09/no-comando-da-cop30-brasil-precisa-de-regulacao-exemplar.ghml>
Acessado em 09.05.2025

Se o padrão de votações recente for mantido, é altíssima a chance de a boiada antiambiental prosperar no Congresso. É o que sugere o Índice de Convergência Ambiental Total (Icat), elaborado pela Virada Parlamentar Sustentável, do Instituto Democracia e Sustentabilidade (IDS). Na atual legislatura, o indicador da Câmara situa-se em 29,1%, percentual considerado ruim pelos critérios adotados pelas entidades responsáveis, que comparam os votos dos parlamentares com o posicionamento do líder da Frente Parlamentar Ambientalista. O do Senado é ainda pior (25,49%). Houve piora em relação à legislatura anterior (2018-2022), cujo Icat foi de 43%.

O desmatamento ilegal é que devasta o país. Ele é imensamente protegido pela leniência com que o CAR, a autodeclaração de área feita pelo proprietário, é considerado. O CAR foi tido como um avanço e uma boa solução de compromisso entre ruralistas e ambientalistas e registrou 7,8 milhões de propriedades. Foi prorrogado várias vezes, e esse é um defeito sério, mas talvez menor, diante da não validação dos cadastros pelos Estados.

Radiografia feita pelo Sistema Florestal Brasileiro, a pedido de O Globo (27/4), revela situações esdrúxulas. Exemplos: 50 imóveis foram declarados em uma mesma propriedade, com donos diferentes, todos laranjas. Há “fazendas voadoras”, que mudam de lugar para evitar responsabilidade por desmatamento na área original. Foram constatados 470 casos de propriedades sobre rios e lagos. A soma das áreas declaradas no CAR é maior que a do território nacional.

A Amazônia é o retrato da morosidade legal estatal. No Amazonas, 75% dos cadastros aguardam análise e só 0,6% foi validado. No Pará, falta começar a análise 41% dos imóveis e apenas 11% foram validados. Roraima e no Maranhão têm mais de 90% dos CARs ainda não analisados. A região é crítica, mas a performance dos demais Estados é parecida e nada animadora.

Sem um discurso unificado no país, e sem regulamentação ambiental que lhe dê amparo, será difícil que a presidência da COP30 avance na ampliação do financiamento climático e na execução do Acordo de Paris, objetivos estabelecidos pelo Brasil para a cúpula em Belém.